

**Projeto de Mestrado ao Programa de Antropologia Social**  
**Faculdade de Letras e Ciências Humanas**  
**Universidade de São Paulo**

**Mulheres negras periféricas: assédio sexual público**  
**e a objetificação da cor**

Candidata: Bruna dos Santos Galicho

---

# Mulheres negras periféricas: assédio sexual público e a objetificação da cor

## Resumo

---

A controvérsia em torno da construção da cidade como espaço coletivo tem pontuado a importância de considerar a perspectiva de gênero, afirmando que o espaço urbano, para ser democrático, deve considerar que as mulheres vivenciam o território de modo distinto. A ameaça da violência sexual corresponde a uma vulnerabilidade específica do gênero feminino e o assédio sexual praticado no espaço público pode ser condicionado e favorecido pela má qualidade da infraestrutura urbana. Os longos trajetos, a falta de segurança e de iluminação pública, os terrenos abandonados, a noite e a falta de um companheiro são listados como fatores de risco à violência sexual. A má qualidade de infraestrutura das periferias e a íntima relação entre raça e classe social faz com que as mulheres negras que moram nas periferias estejam mais vulneráveis e expostas ao assédio. Por outro lado, o mesmo discurso de cuidado e proteção localiza no próprio corpo feminino um lugar de perigo, dada sua sexualização imanente. Desta maneira, este projeto tem como objetivo investigar como as categorias de diferenciação raça, classe social e gênero se articulam no assédio sexual praticado no espaço público contra mulheres negras que residem nos bairros localizados na periferia de São Paulo.

## Introdução e justificativa

---

- “Falo boa noite ao cobrador (como faço sempre) ele, olha e diz:  
- Gostei do seu *cheiro*  
Eu disse:  
-Em que momento você acha que tem *intimidade* e o direito de dizer isso para mim?  
- Um *elogio, morena.*  
- Não me chame de morena, isso não é um elogio é uma *violência* e eu não admito, pois se eu estivesse com um homem aqui, você jamais faria seu tal elogio”.

Mirian, 20 anos, moradora do bairro Grajaú, localizado na periferia de São Paulo, escreveu o texto citado acima em sua rede social. Elenilda de 25 anos, moradora do mesmo bairro que Mirian, contou-me que fora identificada como garota de programa em diferentes lugares e situações: em uma avenida de um bairro de classe média na cidade de João Pessoa, na orla da praia de Meireles em Fortaleza, em um restaurante nesta mesma praia e em outro restaurante na cidade de Natal. Neste último local, o garçom justificou que a “confusão” seria constante porque se tratava de uma região de turismo sexual e a aparência de Elenilda podia ser facilmente associada pelos clientes do estabelecimento a de uma profissional do sexo.

Mirian e Elenilda, além de residirem no mesmo bairro, se declaram como mulheres negras. As experiências dessas interlocutoras em seus trajetos, ao serem qualificadas com termos que remetem diretamente à cor da pele ou que podem sugerir relação com um imaginário racial, motivou a elaboração do meu problema de pesquisa e do meu campo empírico: as mulheres negras e seus deslocamentos. Pretendo investigar como as mulheres negras da periferia *experienciam* gênero, raça e classe em seus trajetos, a princípio, pela capital, ao serem interpeladas por práticas que estão sendo reivindicadas como assédio sexual. Os deslocamentos serão primordiais, pois trata-se de um campo empírico que não é tradicionalmente localizado, mas fluido.

A etnografia será realizada nos transportes coletivos que ligam os bairros da periferia ao centro, privilegiando terminais e linhas que concentram maior número de denúncias de casos de assédio, em horários de superlotação. A partir da observação nesses espaços, poderão surgir interlocutoras para conversas sobre o tema da pesquisa. Pretendo investigar como essas mulheres circulam pela cidade, quais são suas percepções sobre os assédios públicos, quais são suas estratégias para desvencilharem-se ou evitar, se for o caso. Os locais em que se sentem mais ou menos seguras, e locais em

que a incidência de assédio pode ser maior. Com base nas conversas iniciais, pretendo expandir ou redirecionar a etnografia para os espaços de circulação e vivência citados pelas interlocutoras. Penso que o desenvolvimento da etnografia permitirá o encontro de interlocutoras negras e periféricas relevantes para entrevistas em profundidade e na modalidade história devida. O recorte será como objetivo privilegiar mulheres de diferentes gerações e trajetórias cotidianas, que envolvam longos deslocamentos e aqueles mais restritos às proximidades da residência.

O assédio sexual praticado em espaço público que irei utilizar como uma categoria analítica e que opto por denominar apenas como *assédio público*<sup>1</sup> é, na verdade, ainda uma categoria nativa. No texto publicado por Mirian, as palavras *violência* e *elogio* mostram que Mirian e o cobrador dão sentidos diferentes à mesma prática, explicitando que não há consenso sobre o que é ou não violência. Nos últimos anos pesquisas de institutos estatísticos, blogs e redes sociais, tais como Ipea, Instituto Sou da Paz, Think Olga, têm formulado campanhas que ampliaram a visibilidade do tema, além de colocarem em questão a conotação violenta de práticas culturalmente aceitas como inofensivas, ora denominadas como flerte, paquera ou cantada.

“Chega de FiuFiu<sup>2</sup>”, “#MeuPrimeiroAssédio” e “#MeuAmigoSecreto<sup>3</sup>”, por exemplo, propuseram mapear locais públicos com incidência de assédio, compartilhar episódios antigos que até então estariam mantidos em segredo, além da exposição dos agressores, que muitas vezes também eram usuários dessas redes. Em 2013, a pesquisa realizada pelo site Olga<sup>4</sup> entrevistou via web 7.762 mulheres. Segundo os resultados da pesquisa, 99,6% das entrevistadas já foram vítimas de assédio e entre

---

<sup>1</sup>Embora o termo ainda esteja em disputa, como aqui o utilizo com categoria de análise e para privilegiar a fluidez do texto, optei por não colocar o termo entre aspas.

<sup>2</sup>Disponível em: <<http://chegadefiu.com.br/>>

<sup>3</sup>Campanha iniciada no Twitter pelo coletivo Think Olga em que as usuárias da rede relatavam a experiência do primeiro assédio sexual em suas vidas.

<sup>4</sup>Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>

essas, 98% afirmam terem sido vítimas de assédio na rua. Em 2014, a pesquisa realizada pelo Ipea<sup>5</sup> em 3.809 domicílios de todas as unidades da federação informou que 26% dos entrevistados afirmaram concordar, parcial ou totalmente, com a frase: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Já o estudo elaborado pelo Instituto Sou Da Paz, com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostrou que, depois do ambiente doméstico, onde ocorre o maior número de casos de estupro, é a rua o lugar mais perigoso para mulheres, representando 30,2% dos casos notificados no primeiro semestre de 2015 e 33,1% no primeiro semestre de 2016. Os resultados sugerem um suposto comportamento recorrente do outro lado, ou seja, dos homens que assediam, bem como de um espaço público que não acolhe da mesma maneira homens e mulheres.

O movimento “*Times Up*” e a *#metoo*, outra campanha mais recente e de notoriedade internacional, se iniciou nos Estados Unidos com as denúncias de várias atrizes que decidiram se apresentar e indicar os nomes de seus *assediadores*. Homens produtores, atores e diretores conhecidos em Hollywood. No entanto, o campo mais uma vez demonstrou que existe uma controvérsia em torno das práticas que algumas feministas reivindicam como assédio e, portanto, ato de conotação ofensiva ou violenta. Outro grupo de atrizes, dentre elas feministas, publicou um manifesto contrário à “febre” das denúncias e em defesa da preservação da liberdade sexual, que já fora objeto de luta pelo movimento feminista.

Essa febre para mandar os “porcos” ao matadouro, longe de ajudar as mulheres a conquistar sua autonomia, serve na verdade aos interesses dos inimigos da liberdade sexual, dos extremistas religiosos, dos piores reacionários e daqueles que acreditam, em nome de uma concepção substancial do bem e da moral vitoriana que os envolve, que as mulheres são seres “à parte”, crianças com rosto de adultos, que pedem para ser protegidas. (...) Nós defendemos uma liberdade de importunar, indispensável à liberdade sexual. Hoje estamos suficientemente avisadas para admitir que a pulsão sexual é por

---

<sup>5</sup>Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf)>

natureza ofensiva e selvagem, mas também somos suficientemente clarividentes para não confundir paquera desajeitada com agressão sexual<sup>6</sup>.

O panorama exposto serve para elucidar a atualidade e relevância das disputas que envolvem o assédio e as relações de gênero. No entanto, o projeto de pesquisa proposto pretende partir de uma abordagem *interseccional*, que não se restringe às relações de gênero, mas compreende que o gênero é atravessado e articula-se com outras relações, as de raça e de classe, por exemplo (Brah, 2006; Moutinho, 2004a e 2004b; Moutinho, Alves e Mateuzi, 2016; Piscitelli 2008). Quando os casos notificados de estupro são colocados no mapa, a geografia revela que nos três últimos anos, os bairros localizados na periferia se repetem com pouco revezamento e variação entre os dez de maior incidência de casos de estupro<sup>7</sup>. Os bairros de Perus, Capão Redondo, Campo Limpo e Jardim das Imbuías, por exemplo, aparecem nas listas dos três últimos anos<sup>8</sup>.

Os dados nacionais de 2015 de vitimização por raça organizados pela Agência Patrícia Galvão<sup>9</sup> informam que 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica e 68,8% das mulheres mortas por agressão são negras. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil<sup>10</sup>, elaborado pela Unesco, com dados do mesmo ano, apontam que no Brasil, as jovens negras entre 15 e 19 anos tem 2,19 vezes mais chances de serem assassinadas do que as jovens brancas com a mesma idade. Em São Paulo, o risco relativo é 1,44 vezes maior.

---

<sup>6</sup>Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/opinion/1515792486\\_891199.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/12/opinion/1515792486_891199.html)>

<sup>7</sup>Durante o desenvolvimento da pesquisa, pretendo consultar também uma bibliografia que dê conta de problematizar a violência sexual, de modo a explorar os limites entre assédio e estupro.

<sup>8</sup>As listas correspondem aos primeiros semestres de 2015 e 2016 e ao primeiro trimestre de 2017.

Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/09/SDP\\_SSSP\\_violencia1sem2016.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/09/SDP_SSSP_violencia1sem2016.pdf)>

Disponível em: <[http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdp\\_analisa2017\\_terceiro\\_trimestre.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdp_analisa2017_terceiro_trimestre.pdf)>

<sup>9</sup>Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/#assedio-sexual-e-mulheres-negras>>

<sup>10</sup>Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/indice\\_de\\_vulnerabilidade\\_juvenil\\_a\\_violencia\\_2017\\_desig/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/indice_de_vulnerabilidade_juvenil_a_violencia_2017_desig/)>

A urgência das pautas das mulheres negras está diretamente ligada às violências físicas e simbólicas causadas pelo racismo. No caso específico brasileiro<sup>11</sup> podemos refletir sobre a relevância da escravidão para pensarmos não só o racismo, mas a condição social da mulher negra hoje. Além da introjeção de noções de raça inferior e, em relação ao gênero, de raça associada a signos de luxúria e desordem, a herança escravista organizou também a condição socioeconômica de modo que, ao homem e à mulher negra, também se identifica a pobreza.

A busca pela bibliografia sobre o tema nas Ciências Sociais resultou em muitos trabalhos que tratam da violência de gênero em geral e principalmente da violência doméstica, sendo que a abordagem do caso específico do assédio no espaço público foi encontrada em poucos trabalhos. O estudo feito por Debert e Gregori (2008) realizou uma reflexão sobre a judicialização da violência contra a mulher, com o surgimento das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) e, posteriormente, os Juizados Especiais Criminais (Jecrim). Na área da sociologia encontramos um estudo que foi realizado a partir do assédio no transporte público em Aracaju<sup>12</sup>. Também foi encontrado um ensaio denominado “*O assédio sexual nos espaços públicos*”<sup>13</sup>, parte de um projeto de doutorado da Universidade de Coimbra, que apesar de se debruçar sobre a realidade de outro país, foi de grande valia para maior aproximação do tema.

## Referencial teórico

---

### Sexualidade privada, assédio sexual público e a dimensão da cor

---

<sup>11</sup>É importante observar que o racismo, embora seja um termo amplamente utilizado, possui histórias que determinam significações distintas. O autor Oracy Nogueira diferencia as relações raciais do Brasil em relação aos Estados Unidos, por exemplo. Enquanto os brasileiros classificam a partir da aparência, ou marca, entre os norte-americanos prevalece a classificação pela origem (Fry, 1996).

<sup>12</sup>*Corpos em trânsito: assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju*, da mestranda Maria da Conceição Santos.

<sup>13</sup>Ensaio escrito pela doutoranda Ana Oliveira no Programa de Estudos Feministas, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

*“Dentro de um elevador, no alto do meu sex-appeal de doze anos de idade: morena já é quente... nesse calor então...”<sup>14</sup>*

Pensar a sexualidade sob a perspectiva exclusiva do gênero possibilita dizer que, enquanto os homens – de modo geral – são incentivados desde a infância a descobrir e a explorar sua sexualidade, além de experimentar o sexo como prova de sua heterossexualidade, as mulheres se veem rodeadas por uma realidade paradoxal. De modo geral, as mulheres são educadas a não falar do sexo, a não visitar seus corpos e a esperar o máximo de tempo até provarem o ato sexual, sob pena de serem desqualificadas moral e socialmente. Em contrapartida, assistem à sexualização intensa de seus corpos em todas as outras falas externas (Foucault, 1980; 1987).

Eu sentia calafrios quando alguém, mecânica e originalmente, completava com um infame “*cravo e canela?*” quando eu respondia que meu nome era Gabriela. (...) A parte de mim que rejeitava ser associada a uma personagem tão sensual sentia vergonha e raiva. Gente, eu era uma criança! (Porfírio, 2014)

As falas – a princípio – gerais ao gênero feminino, estão na televisão, no cinema, nas revistas. Somam-se às vozes e manifestações diretas daqueles com quem elas se relacionam mais ou menos intimamente e de desconhecidos. A vigilância do corpo feminino, a despeito da idade, aparece com frequência nos discursos – do pai, do irmão ou do namorado, por exemplo – que censuram sua vestimenta. As insinuações, piadas e “gracinhas” no ambiente de trabalho podem exemplificar falas que vão além do círculo mais próximo da relação familiar. A partir disso, podemos pensar: qual é a relevância do assédio sexual público enquanto prática protagonizada por um desconhecido em relação direta às dimensões sexuais do corpo feminino, que se manifesta através de olhares (indesejados) em direção ao corpo, expressa vozes que o descreve e ao ultrapassar todos os limites, o toca? Extrapolando essa idéia, que efeitos o assédio pode ter para além da

---

<sup>14</sup>Trecho do texto “Ah, sim, dentro da caixa? Uma banana!” escrito pela blogueira negra Gabi Porfírio. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2014/01/24/ah-sim-dentro-da-caixa-uma-banana/>>

sexualidade? É possível falar de uma produção de si a partir dessa experiência conturbada do deslocamento?

O mesmo discurso que censura mulheres a descobrir o próprio sexo também produz falas de proteção contra os olhares, vozes e toques indesejáveis. Assim, desde a infância mulheres são educadas a evitar certos lugares de perigo. Além de ruas escuras, desertas ou pouco movimentadas, por exemplo, também é lugar de perigo o próprio corpo feminino. Sobre ele insere-se um manual de regras de conduta que passa por códigos de vestimenta, postura, fala e olhar discretos (Foucault, 1987; Oliveira, 2004).

Nesse sentido, a violência sexual no espaço público – ou o medo desencadeado por sua ameaça – pode ser determinante para a “segregação sexual dos espaços e das cidadanias” (Oliveira, 2004), demonstrando-se um mecanismo ardiloso e eficaz de relações patriarcais, à medida que reforça a relação de poder que define espaços e papéis dominantes.

O medo de que ‘alguma coisa má pode acontecer’ ensina as mulheres, desde muito cedo, qual o seu espaço; quem é o ser forte e o fraco; quem deve ser protegido e quem deve proteger; que tipo de roupa as mulheres devem vestir e que tipo de atividades devem ou não fazer. (Oliveira, 2004, p. 8-9)

Para enriquecer nossa discussão, é interessante refletirmos: em que medida o caráter inofensivo e cultural do assédio ou o dissenso em torno de sua conotação pode reforçar ainda mais os mecanismos de controle dos corpos femininos?

Por sua vez, a reflexão sobre a sexualidade da mulher negra compreende outros contornos que se entrecruzam com a análise da categoria de gênero. A normatização da feminilidade que produziu os códigos do que seria o ideal da mulher bem-comportada e todo conjunto de adjetivações que buscam se opor à masculinidade não constitui uma narrativa homogênea. Às mulheres negras couberam os códigos da desordem, do perigo, da desonestidade e, principalmente, um discurso maledicente da sua sexualidade, sempre exacerbada e racializada. (Corrêa, 1996; Freyre, 2003; 2004). Quem não se

lembra da personagem Rita Baiana, de *O Cortiço*, obra do autor naturalista Aluísio de Azevedo?

Mas, ninguém como a Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante (Azevedo, 1997).

Nesse sentido, ao refletirmos como os diversos discursos enquadraram o corpo da mulher negra, podemos dizer que este foi *hipersexualizado*, ao passo que sua sexualização perpassa por características intrínsecas ao gênero feminino, à raça e soma-se à identidade brasileira.

No entanto, a despeito do discurso hipersexualizado e da beleza referenciada pela “mulata”, o padrão de beleza europeia parece ser privilegiado pelos homens para escolherem com quais mulheres irão se relacionar. A antropóloga Laura Moutinho (2004b) afirma, a partir de base estatística, que as mulheres “brancas”<sup>15</sup> aparecem em maior número na condição de casadas do que as mulheres “pretas” e “pardas”. Além disso, os dados quantitativos dos casamentos inter-raciais mostram que homens “pretos” e “pardos” estão se unindo a mulheres “brancas”, revelando um tipo de miscigenação diferente daquele que aparece nas análises clássicas da identidade brasileira. Ao padrão de beleza europeia também se agregaria à mulher branca o valor de prestígio social que a constituiria como uma fonte de ascensão social ao homem negro. Longe de serem as únicas motivações do desejo-erótico nos relacionamentos inter-raciais, Moutinho (2004a, 2004b) realiza uma importante discussão acerca das representações sociais de gênero, raça e classe social que podem ou não serem manipuladas nesse mercado afetivo-sexual.

Os agenciamentos do desejo seriam sociais, transindividuais, intersubjetivos. O desejo não ficaria restrito ao individual subjetivado, mas percorreria tensões de força que atravessam diretamente o campo social. (Perlongher, 1987, p. 251 *apud* Moutinho, 2004a, p.1-2).

---

<sup>15</sup>As nomenclaturas de cores que aparecem a seguir estão entre aspas porque referem-se a informações do IBGE.

Tal discussão suscitada pela autora nos instiga a pensar sobre os estereótipos e representações simbólicas que compõem o imaginário social ao qual as mulheres negras estão envolvidas, que podem se articular de diferentes maneiras com outros marcadores sociais da diferença. Em relação ao assédio, cabe investigarmos, a partir desse imaginário, os valores atribuídos em relação a esse corpo muito desejado em algum nível e indesejável em outro. Nas palavras de Gabi Porfírio, podemos notar que a valoração atribuída pelo outro tem alguma interação com sua própria subjetividade.

(...) sempre ouvi “elogios” do tipo: “*nossa... que morena*”, “*que preta é essa...*”, então eu era bonita, oras! Mal sabia eu que esses assédios disfarçados de elogios eram sim comentários racistas, pois me colocavam, como mulher negra, em condição hipersexualizada e reificada, disponível e sempre pronta como objeto de desejo” (Porfírio, 2014)

Se voltarmos à discussão em termos foucaultianos, a reflexão colocada pela blogueira negra Gabi Porfírio abre uma importante chave para pensarmos como o discurso sobre o sexo contido nas falas dos *assediadores* incide diretamente sobre o corpo feminino, podendo nomear e descrever o seu gênero e suas dimensões raciais. O que pretendo analisar na pesquisa é como essa valoração atribuída no assédio articula marcadores e pode compor os modos de *experienciar a diferença* pelos sujeitos (Brah, 2006; Piscitelli, 2008). Mais que isso, a compreensão interseccional a ser feita a partir de *relações*, me instiga a investigar como as mulheres negras percebem e negociam com essas representações de hierarquia e discriminação. Podendo, inclusive, se apropriarem delas de modo situacional ou contingente, abrindo diferentes campos de ação (Moutinho, Alevs e Mateuzi, 2016; Simões, 2010; Véran, 2011).

### **Patriarcalismo brasileiro**

Um dos aspectos do assédio sexual público é que ele é predominantemente praticado por homens, embora não se exclua a possibilidade de mulheres agirem do mesmo modo. Dessa forma, para que possamos refletir sobre as relações sociais às quais

estão sujeitas as vítimas, é necessário historicizar as relações sociais de gênero. E nesse sentido, observar as especificidades do processo histórico em nosso país se torna fundamental, partindo principalmente do período colonial e dominação europeia, refletindo o que significou o sistema escravocrata e a vinda da industrialização.

No Brasil, as relações de gênero estabelecidas hoje remontam ao final do período colonial, quando da formação das primeiras cidades e desenvolvimento do espaço urbano. O autor Gilberto Freyre (2003; 2004) em suas obras oferece uma chave para um olhar sobre o período, caracterizando a sociedade brasileira da época pelo sistema do *patriarcalismo rural*. Para elucidar o tema deste projeto, cabe ressaltar que, entre outras facetas, tal sistema estabeleceu a divisão dos papéis sociais, bem como dos espaços que cada gênero deveria ocupar. O sistema definia o papel e o espaço público e político ao homem, enquanto à mulher, ficava designado o papel e o espaço doméstico. Havia todo um discurso produzido acerca das “coisas públicas” e das “coisas privadas”, sendo as primeiras identificadas à rua, ao que era hostil, à coisa sem dono de grande circulação de vendedores, de pobres e de escravos, à desordem e, portanto, ao gênero masculino; e as segundas, identificadas à família, à sensibilidade, ao lar, à conservação da ordem e, portanto, ao gênero feminino.

Apesar do discurso esclarecido sobre os papéis e lugares fixados para cada gênero, vale ressaltar que a mulher referida nesses princípios, fosse na casa-grande ou já no sobrado, era a mulher branca. Como nos lembra a antropóloga Laura Moutinho (2004b), à mulher branca cabia zelar pela honra da família, através de uma conduta moral e sexual totalmente sacralizada.

Dado o caráter sacralizado da categoria mãe\esposa, é fora do lar o lugar da satisfação sexual. Se colocarmos “cor” no modelo patriarcal, veremos que este casal é “branco” e que o elemento masculino do casal, satisfaz fora de casa, com a mulher “negra” ou “mulata”, seu desejo sexual (Moutinho, 2004b, p.69).

Se à esposa branca não cabia o erotismo, o qual era obtido em outro corpo e em outro lugar, por sua vez, à mulher negra identificava-se a desordem, a luxúria e a depravação sexual, próprios da raça (Freyre, 2004). Concomitante ao discurso produzido acerca da diferenciação racial entre as mulheres em relação ao sexo, reforçava-se a ideia do papel ativo do homem – branco – no campo sexual e mais ainda deste em relação à mulher negra. Nesse caso, tratava-se de duas condições de superioridade hierárquica, o gênero e a raça, submetidos respectivamente pelo patriarcado e pela escravidão (Freyre, 2003).

Modificações significativas em relação ao quadro apresentado no patriarcalismo rural foram propiciadas pelo processo de industrialização, provocando alteração no papel social da mulher no âmbito internacional e também nacionalmente. Paulatinamente, as mulheres passam a transitar pelas cidades e a não serem vistas exclusivamente segundo suas “aptidões domésticas”, conquistando, supostamente, o mundo público.

A conquista dos direitos civis pelas mulheres constituiu fato histórico e modificou as formas de sociabilidade a partir do gênero. No entanto, nos cabe refletir sobre como tal modificação pode sob muitos aspectos, disfarçar a realidade social que conserva parte de antigas estruturas reinventadas sob outros moldes, porém não superadas (Pateman, 2003, p. 33-34 apud Oliveira, 2004).

### **Espaço urbano atual e uma questão de gênero, raça e classe social**

*“Às vezes mudamos nossas rotas para evitar os homens e não funciona. Às vezes trocamos de roupa e não funciona. O assédio continua. Às vezes eu sorria e declinava educadamente (os convites de assediadores), mas o efeito era reverso, porque eles se sentiam encorajados.”<sup>16</sup>*

O desenvolvimento urbano industrial, o movimento feminista, o movimento negro, além de outros movimentos por direitos humanos e lutas por igualdade,

---

<sup>16</sup>Ronelle King, sobre o que a motivou a criar a hashtag #LifeinLeggings em Barbados e que se espalhou por onze países do Caribe. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/partir-de-uma-peca-de-roupa-ela-despertou-uma-discussao-sobre-assedio-sexual-no-caribe/>>

propiciaram importantes mudanças nos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. No entanto, os dados atuais de desigualdade de cargos e salários e altos índices de violência doméstica, por exemplo, demonstram que as condições sociais dadas em um passado aparentemente remoto permanecem, senão intactas, adaptadas ao cenário atual. Do mesmo modo, as transformações positivas do espaço público podem escamotear desigualdades e conflitos de sociabilidade inerentes a sua organização espacial, como a dicotomia estabelecida entre centro e periferia.

O antropólogo Roberto DaMatta (1997) pondera que a dicotomia entre a casa e a rua não se desfez. A partir da análise de seus símbolos e interpretações compartilhadas socialmente, descreve o local externo ao doméstico como algo sem dono, do perigo, “ambiente de gente qualquer”.

(...) Até hoje a sociedade parece fiel à sua visão interna do espaço da rua como algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são.

(...) Fazemos uma equação reveladora entre o "ninguém conhece ninguém", o "ninguém ser de ninguém" e estados sociais altamente liminares como a boêmia, o carnaval e, evidentemente, a pré-criminalidade (DaMatta, 1997, p58).

Tal modo de ver a rua pode revelar a ambivalência em torno da interpretação da coisa pública, daquilo que poderia ser de qualquer um e ao mesmo tempo não é de ninguém. Ao direcionar essa discussão para a controvérsia do assédio, pretendo questionar: como essa suposta interpretação recai sobre o corpo feminino que transita entre esses ambientes inóspitos, onde os corpos são supostamente apropriáveis? Mais ainda, ao pensar sobre os espaços e esferas *público* e *privado*, em vez de dicotomia, talvez seja possível considerar uma continuidade na produção das desigualdades de gênero realizada sobre o próprio corpo feminino. Os dados de violência sexual contra a mulher explicitam a casa/parceiro e a rua/desconhecido, respectivamente, como primeiro e segundo lugar/agressor de maior incidência de casos notificados.

No tocante às relações de gênero nesse *novo* espaço público – em que os homens não são os únicos a circular –, a leitura de uma abordagem urbanística salienta que a construção das cidades foi realizada com base na *antiga* separação espacial e simbólica entre os ambientes público e privado, buscando inclusive coibir o trânsito dos atores entre esses lugares. Assim, na concepção dos espaços públicos o planejamento urbano – feito majoritariamente por homens – pouco ou sequer considerou a existência das mulheres, uma vez que elas estavam relegadas ao ambiente do lar. Por outro lado, a crítica também relata a estranha exclusão dos homens no desenho das áreas onde deveriam “reinar” as mulheres (Vieira e Costa, 2014).

O estudo produzido por Cymbalista, Cardoso e Santoro (2008) aprofunda a reflexão acerca da desigualdade de gênero no planejamento urbano e argumenta que, o inchaço das periferias sem infraestrutura resultante do modelo de expansão das cidades, faz com que mulheres periféricas sejam prejudicadas sobremaneira pela precariedade urbanística e ambiental.

Para que o uso do território seja discutido de modo a incluir não apenas diferentes classes e segmentos sociais, é importante que os diferentes pontos de vista de gênero também sejam ouvidos, uma vez que as mulheres vivenciam a cidade de modo específico (Cymbalista, Cardoso e Santoro, 2008).

Considerar a infraestrutura urbana como fator que pode condicionar ou favorecer a violência sexual e o assédio no espaço público implica refletir sobre como a existência de terrenos abandonados, a falta de segurança e iluminação pública, por exemplo, podem proporcionar situações de anonimato ao agressor e vulnerabilidade da vítima. A superlotações dos transportes coletivos opera nesta mesma lógica, conferindo ainda ambiente propício para contato corporal indesejado, seja acidental ou intencionalmente. Véran (2011) descreve o metrô como local de microbatalhas entre os corpos por espaço.

Porém, no caso das mulheres, há ainda a necessidade de “atitudes e estratégias de afirmação e proteção ao corpo”, para disputá-las individualmente, com agrupamentos espontâneos entre mulheres ou mesmo com ajuda de outros homens.

Num carro lotado onde a densidade dos corpos impede qualquer deslocamento, o “ver sem ver” se torna impossível para evitar o encaramento de quem “vê para ver”. Sentir um olhar carregado e sexualizado sobre si e não poder se subtrair durante dez ou até quarenta minutos a esse olhar é uma situação peculiar ao transporte público (Véran, 2011, p. 286).

Ainda assim, as reações podem ser diversas, a depender não só da persistência e do caráter do abuso, mas também da forma como cada mulher *percebe* o assédio. Como exposto na discussão feita por Debert e Gregori (2008) sobre os deslocamentos semânticos da violência contra a mulher e no trabalho de Simião (2006), o significado de violência a uma prática, isto é, que atribui sentido de dano e ofensa, é determinado social e historicamente. Nesse sentido, os deslocamentos semânticos e as reivindicações sobre o *assédio* denotam um campo em disputa, cujas expressões serão fundamentais para a análise deste trabalho.

## Objetivos

---

### Geral:

Compreender como os marcadores sociais da diferença, gênero, raça e classe social se articulam no assédio sexual praticado no espaço público contra as mulheres negras das periferias de São Paulo em seus trajetos cotidianos.

### Específicos:

- a) Compreender o modo como as mulheres negras das periferias *experimentam* os marcadores sociais da diferença gênero, raça e classe social através do assédio público.
- b) Investigar as implicações sociais no cotidiano das mulheres negras periféricas, no que diz respeito ao acesso à cidade e à cidadania em decorrência do assédio sexual.

## Cronograma

1º ano – 2018												
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Realização das disciplinas do programa de pós-graduação			x	x	x	x		x	x	x	x	
Pesquisa Bibliográfica e leitura	x	X	x	x	x	x		x	x	x	x	x
Revisão do projeto a partir do Seminário de Projetos	x	X	x	x	x	x						
Etnografia						x	x	x	x	x		
Produção do Relatório Parcial											x	x

2º ano - 2019												
Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Pesquisa bibliográfica e leitura	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Realização das entrevistas de modalidade trajetória de vida	x	X										
Redação do relatório de qualificação			x	x	x	x						
Apresentação da qualificação							x	x				
Análise do material coletado em campo			x	x	x	x						
Redação e defesa da dissertação									x	x	x	x

## Método e formas de análise

Essa pesquisa pretende realizar uma abordagem interseccional sobre o lugar do corpo da mulher negra e os modos de *experienciar* o assédio a partir da articulação dos marcadores sociais da diferença. Nesse sentido, os aspectos incomuns ao gênero feminino não diminuem o peso da categoria *mulher*. No entanto, mesmo compartilhando códigos do gênero feminino, o modo como *experienciam* o gênero vai ser influenciado, como vimos, pela raça e classe social a qual pertencem e pelas oportunidades que essas mulheres terão durante suas vidas, traduzindo-se em identidades, perfis e escolhas (Carneiro, 2012).

Para analisar a diversidade de possíveis percepções das mulheres negras periféricas sobre o assédio a partir desta “miríade de processos”, outra noção colocada por Brah (2006) nos parece interessante.

De fato, “experiência” é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a “verdade”, mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado (Brah, 2006, p. 360).

Nesse sentido, a noção de diferença como experiência torna-se chave para compreender os modos de *experienciar*, de dar sentido, não só ao assédio, mas ao corpo, ao gênero, à raça e à classe. E para essa pesquisa, como os deslocamentos dos sujeitos também fazem parte do meu campo empírico, que é fluido, por que não, também ao território?

Pretende-se realizar etnografia nos transportes coletivos que ligam os bairros da periferia ao centro. O interior dos ônibus, trens e metrô durante as viagens, as filas nos pontos iniciais, terminais e estações deverão ser utilizados como espaços de observação etnográfica e identificar mulheres negras para conversas sobre o tema de assédio. Pretende-se investigar como essas mulheres circulam pela cidade, quais são suas compreensões sobre os assédios públicos, quais são suas estratégias para desvencilharem-se ou evitar, se for o caso, os locais em que se sentem mais ou menos seguras, e locais em que a incidência de assédio pode ser maior. Com base nas conversas iniciais, pretende-se expandir ou redirecionar a etnografia para os espaços de circulação e vivência citados pelas entrevistadas. Entende-se que o desenvolvimento da etnografia permitirá o encontro de interlocutoras negras e periféricas relevantes para entrevistas na modalidade história de vida. O recorte terá como objetivo privilegiar diferentes trajetos cotidianos, que envolvam longos deslocamentos e aqueles mais restritos às proximidades da residência.

A partir das histórias de assédio sexual sofrido em espaço público, pretende-se categorizar essas práticas de acordo com os locais, gestos, palavras e comportamentos que marcam o gênero, a raça e classe social dos que estão envolvidos.

Utilizando a noção de *diferença como experiência* de Brah (2006), espera-se compreender o modo como essas mulheres experienciam o gênero, a raça e a classe

social através do assédio público e em que medida os modos de experienciar podem ser compartilhados.

Espera-se descobrir as possíveis implicações sociais do assédio público na vida dessas mulheres, como por exemplo, de que forma se dá a limitação de vivência nos espaços públicos, o exercício do direito à cidade, bem como isso pode se traduzir em campos de possibilidades de agência, em articulação individual ou coletiva para buscar soluções.

## Bibliografia

---

ADAMO, Paulo. A partir de uma peça de roupa, ela despertou uma discussão sobre assédio sexual no Caribe. 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/partir-de-uma-pecade-roupa-ela-despertou-uma-discussao-sobre-assedio-sexual-no-caribe/>> Consultado em: 19/01/2017.

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. 30ª ed. São Paulo: Ática, 1997

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas: Unicamp, n. 26, p. 329-376, 2006.

CARNEIRO, Sueli. A sociedade precisa reconstruir o imaginário social da mulher negra. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sociedade-precisa-reconstruir-o-imaginario-social-da-mulher-negra-diz-sueli-carneiro/>> Consultado em: 19/01/2017.

CYMBALISTA, Renato ; CARDOSO, Patrícia de Menezes ; SANTORO, P. F. . O Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. In: Taciana Gouveira. (Org.). Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade. 1ed. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2008, v. 1, p. 60-75.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. Cadernos Pagu, (6-7), Campinas: Unicamp, p. 35-50, 1996.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. PondéVassalto. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. Casa-grade& senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 48ª ed. Recife: Global Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FRY, Peter. O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “política racial no Brasil”. Dossiê Povo Negro – 300 anos, Revista da USP, nº 28, pp. 122-135, 1996.

MOUTINHO, Laura. Discursos normativos e desejos eróticos: a arena das paixões e dos conflitos entre brancos e negros. Sexualidade, Gênero e Sociedade, Rio de Janeiro: v. 20, p. 01-07, 2004a.

\_\_\_\_\_. Raça, Sexualidade e Gênero na Construção da Identidade Nacional: Uma Comparação entre Brasil e África do Sul. Cadernos Pagu (UNICAMP), São Paulo: v. 23, p. 56-88, 2004b.

\_\_\_\_\_. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Cadernos Pagu (UNICAMP), São Paulo: v. 1, p. 201-248, 2014.

MOUTINHO, Laura; ALVES, Valéria e MATEUZI, Milena. TOMO. N. 28 JAN/JUN. | 2016 “Quanto Mais Você Me Nega, Mais Eu Me Reafirmo”: Visibilidade e Afetos na Cena Negra Periférica Paulistana. Tomo, n 28, 2016, p. 265-291.

OLIVEIRA, Ana Cristina. O assédio sexual nos espaços públicos. 2004.

PORFIRIO, Gabi. Ah, sim, dentro da caixa? Uma banana! 2014. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2014/01/24/ah-sim-dentro-da-caixa-uma-banana/>> Consultado em: 19/01/2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura. v 11, n. 2, jul/dez. 2008, p. 263 - 274.

SAFFIOTI, H.I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu – desdobramentos do feminismo. n. 16, especial, org. Maria Lygia Quartim de Moraes, IFCH/UNICAMP, Campinas, p.115-136, 2001.

SANTOS, Maria da Conceição. Corpos em trânsito: casos de assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju. IV Seminário Enlaçando Sexualidades, n. 20, Salvador: UNEB, 2015.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. Cadernos de Pesquisa, n. 64, p. 38-47, 1985.

\_\_\_\_\_. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? Estudos Feministas, Florianópolis, n. 16(1). p. 173-186, 2008.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando corpo e violência. A invenção da “violência doméstica” em Timor Leste. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21. Nº 61. Junho/2006.

SIMÕES, Júlio Assis. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. Cadernos Pagu, n.35, p. 37-78, 2010.

VÉRAN, Jean-François. “Respeito é bom e elas merecem”: uma antropologia do vagão feminino no metrô do Rio de Janeiro. In: Mirian Goldenberg. (Org.). CORPO, ENVELHECIMENTO E FELICIDADE. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. 2011. p. 275-308.

VIEIRA, Claudia Andrade; COSTA, A.A.A. Fronteiras de gênero no urbanismo moderno. Revista feminismo, vol. 2, n.1, Salvador: UFBA, p. 7-17, 2014